



## COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA: VIVÊNCIA E PRÁTICA NO ASSENTAMENTO RURAL COPAVI

Marinalva dos Reis Batista<sup>1</sup>, Isabel Ferreira de Souza<sup>2</sup>

**RESUMO:** No Brasil os termos Colonização e Reforma Agrária sempre permearam o espaço rural. Isto porque, a ocupação das terras brasileiras sempre foi marcada por injustiças a começar pela a instituição das Capitânicas Hereditárias, as quais foram demarcadas e ocupadas sem levar em consideração os grupos indígenas que estavam dispersos pela área. As políticas de reforma agrária, embora ainda incipientes, tem tentado mudar essa perspectiva, trabalhando a redistribuição de terras gerando assentamentos rurais baseados na pequena propriedade e nos preceitos do trabalho rural familiar. As políticas de redistribuição de terra geram diversas formas de assentamentos rurais, sendo os mais comuns de uso individual, coletivo e misto. O primeiro o individual, baseia-se na divisão da terra na proporção de um lote por família assentada, e na comercialização da produção individualizada ou através de cooperativas. No segundo caso, o assentamento coletivo, existe o uso coletivo da terra, onde a Cooperativa de produção é a beneficiária e gestora da área total do assentamento. Já no terceiro caso, assume característica do assentamento coletivo e individual. O assentamento rural Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – Copavi, está instalado em Paranacity, município localizado no Noroeste do Paraná. A Desapropriação da área se deu em 1988, já a instalação da cooperativa ocorreu em 1993. Esse assentamento rural, ocupa uma posição ambígua entre a racionalidade empresarial e a lógica camponesa. Isto porque, existe atividades de compra e comércio dos produtos produzidos e ainda contratação de mão de obra externa, ou seja, a Copavi tem premissas alicerçadas no socialismo e no capitalismo, daí a dualidade de sua existência. Dessa maneira, os trabalhadores rurais do assentamento Copavi não são camponeses, pois o trabalho é empresarial e há a exploração de mão de obra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamento rural; Coletividade; Paranacity.

### 1 INTRODUÇÃO

A distribuição de terras tanto no Brasil como em vários países não ocorre de maneira sistemática e, por muitas vezes, não de maneira pacífica. Sobretudo nos países do chamado terceiro mundo. Os governantes tendem a incentivar o agronegócio porque tem o retorno imediato ou pelo menos é isso que imagina ter. Contudo, o agronegócio não é favorável ao agricultor familiar nem a efetivação da reforma agrária.

A oposição entre a agricultura camponesa versus a agricultura capitalista move muitas campanhas e embates, que especialmente no Brasil, se dá por meio dos interesses da Bancada Ruralista que são os representantes dos latifundiários, do agronegócio e a Frente Parlamentar da Terra – apoia os pequenos agricultores e as organizações camponesas.

A vivência e prática no Assentamento Rural Copavi, revelou parte da vida na comunidade. Ao que tudo indica, a partir da informações obtidas, há uma série de remodelações a cada momento que é compartilhada por toda a comunidade. Dessa forma, o assentamento está sempre se reorganizando para garantir a adaptação dos trabalhadores, melhor qualidade de vida, preocupação com a sustentabilidade, bem como na relação com seu entorno, ou seja, a cidade e a área rural. Portanto, o objetivo deste artigo é mostrar um pouco da realidade rural do assentamento Copavi.

Acadêmico do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do Centro Universitário Cesumar – UNICESUMAR, Maringá – PR. Bolsista PIBIC/CNPq-UniCesumar. fulano@email.com.br

### 2 MATERIAL E MÉTODOS

O elemento utilizado para operacionalizar o estudo foi a pesquisa de campo, consistiu na realização de visita realizada no mês de junho de 2015 para reconhecimento da área da COPAVI, visando obter informações sobre o processo de formação do assentamento. Foram realizadas entrevistas com os assentados presentes no dia da visita, sendo que um dos assentados com formação superior em Agronomia o qual ficou responsável por realizar uma palestra e sanar as dúvidas dos referentes a realidade, convivência e econômica do assentamento. Foi utilizado gravador e máquina fotográfica para registro fotográfico dos espaços visitados nas dependências da Copavi e gravação da palestra e entrevistas.

<sup>1</sup> Mestranda da Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá – PR. Bolsista CNPq. geografia23@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda da Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá – PR.



### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil os termos Colonização e Reforma Agrária sempre permearam o espaço rural. Isto porque, a ocupação das terras brasileiras sempre foi marcada por injustiças a começar pela instituição das Capitânicas Hereditárias<sup>3</sup>, as quais foram demarcadas e ocupadas sem levar em consideração os grupos indígenas que estavam dispersos pela área. Posteriormente, da mesma forma, foram impostas as sesmarias<sup>4</sup>, ou seja, uma forma de divisão de terras compactuada somente pelos já possuidores de prestígio político. De acordo com Vinhas (1992):

Desde cedo, quando se processou a ocupação e colonização do País, institucionalizou-se o monopólio da terra. Este prolongou-se durante a vigência do sistema de sesmarias, quando foi feita a distribuição de grandes extensões do território aos senhores portugueses, ao mesmo tempo em que eram espoliadas e expulsas as populações aborígenes” (VINHAS, 1992 pg. 20)

O regime de sesmarias que vigorou desde 1530 até 1820, foi o primeiro modelo de colonização. Essa forma de apropriação do território permaneceu por quase 300 anos. Vale lembrar que nesse período a terra no Brasil não era mercadoria. Eram feitos requerimentos de terras que seriam demarcadas ou incorporadas a área do requerente.

A terra como mercadoria, no Brasil, passou a ser praticada a partir de 1850 com a instituição da Lei de Terras nº 601/1850. Dentre os preceitos, instituiu a terra mercadoria, reconheceu todas as posses de sesmarias e, reconhecia também todos os anexos legalizando a posse pacífica e produtiva. Contudo, contribuiu para manter a oligarquia agrária e o poder político e econômico da elite agrária. Essa posição dada pela Lei de Terras se atribui aos preços praticados nesse período, pois o poder de compra de grande parte dos interessados era inferior ao que se exigia.

A história da legislação rural teve um vazio jurídico que contribuiu para a instalação e permanência da oligarquia agrária. Após a chegada da família real ao Brasil foi suspenso o sistema de distribuição no modelo de sesmarias. No entanto, a regularização só teve continuidade em 1850 com a Lei de Terras. Nesse entremeio, sem normas de regularização, quem detinha terras pode expandir ainda mais sua área, o que posteriormente tornou-se legal com a Lei de Terras. Para Bombardi (2004, pg. 20)

“A Lei de Terras surge como um marco na história agrária do Brasil, pois, curiosamente, uma lei com esse nome teve a função justamente de impedir o acesso à terra. Ou seja, a história do campesinato brasileiro é marcada pela sempre presente tentativa de bloqueio de seu acesso livre à terra. A terra foi bloqueada aos ex-escravos e aos imigrantes que vinham para cá com o sonho de ter uma terra para si e sua família...”.

Na mesma esteira, Vinhas (1992), Brum (1988) expõe que a história agrária do Brasil foi marcada pela imposição da elite rural e, ainda continua em pleno século XXI. Toda essa dinâmica infligida continua dando margem a criação de latifúndios<sup>5</sup>, o que Novais (1993) entende como um impedimento para a pequena propriedade. Entretanto, as políticas de reforma agrária, embora ainda incipientes, tem tentado mudar essa perspectiva, trabalhando a redistribuição de terras gerando assentamentos rurais baseados na pequena propriedade e nos preceitos do trabalho rural familiar.

Dessas políticas de redistribuição de terra<sup>6</sup> geram diversas formas de assentamentos rurais, sendo os mais comuns de uso individual, coletivo e misto. O primeiro o individual, baseia-se na divisão da terra na proporção de um lote (equivalente a um módulo rural) por família assentada, e na comercialização da produção individualizada ou por meio de cooperativas. No segundo caso, o assentamento coletivo, existe o uso coletivo da terra, a qual não é dividida entre os assentados e, também há a exploração coletiva da área total do assentamento no sistema cooperativista, onde a Cooperativa de produção é a beneficiária e gestora da área total do assentamento. Já no terceiro caso, assume característica do assentamento coletivo e individual.

Os dados mais recentes de famílias assentadas desde 1995 a 2013 é de 1.199.800 famílias, sendo que no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram 540.600 famílias assentadas. No período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foram 614.200 famílias assentadas. Já no governo Dilma (2011-2013)

<sup>3</sup> As Capitânicas hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres com relações com a Coroa Portuguesa). Ganham o nome de Capitânicas Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária). Quem recebiam a concessão de uma capitania era conhecido como donatário. Tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território, impedindo que estrangeiros o ocupassem. Apenas as capitânicas de São Vicente e Pernambuco que prosperaram. Podemos citar como motivos do fracasso: a grande extensão territorial para administrar (e suas obrigações), falta de recursos econômicos e os constantes ataques indígenas. O sistema de Capitânicas Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

<sup>4</sup> Grandes áreas desmembradas de uma capitania

<sup>5</sup> Grandes propriedade onde não há o uso adequado do solo.

<sup>6</sup> No âmbito do Governo Federal e no Congresso Nacional, se constatam a atuação de duas representações políticas organizadas: a bancada ruralista (Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária) e a Frente da Terra.



consistiu em 45.000 famílias assentadas. Todas essas conquistas de Reforma Agrária no Brasil em muito se deve aos esforços do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, que nasceu da conjuntura das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 1970, especialmente na região Centro-Sul do país, se fortalecendo a partir do Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro (MST, 2015).

Pode ser assentado do Programa de Reforma Agrária Nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA todo trabalhador rural sem-terra e aquele que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família, indispensável à própria subsistência. Quando uma área é desapropriada para fins de reforma agrária, o INCRA dá prioridade aos que já estão morando nela, como arrendatários, parceiros, colonos etc.

O INCRA cadastra as famílias utilizando o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Posteriormente, existe a Certidão fornecida pelo INCRA, a qual certifica que o assentado é/foi beneficiário/a do Plano Nacional de Reforma Agrária, constar nos dados pessoais dos titulares no período de permanência no Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA e dados do assentamento, constantes no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

De acordo com Alan (Sócio, 2015) para ser um associado da Copavi a pessoa deve ter acima de 18 anos, que reside na área de atuação, e comprovar possibilidades de contribuir para os objetivos da cooperativa, com o período de permanência para experiência durante 4 meses. Todas as decisões de saída ou permanência, dentre outros conflitos que possam surgir, é levado a assembleia em que todos os sócios podem expor sua opinião.

O assentamento rural Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – Copavi, está instalado em Paracity, município localizado no Noroeste do Paraná (figura 01). A Desapropriação da área se deu em 1988, já a instalação da cooperativa ocorreu em 1993. A terra constitui propriedade jurídica da cooperativa, os associados renunciam à posse da terra e têm direito à terra apenas enquanto forem associados da cooperativa. Segundo Zeneratti (2013) para se tornar sócio/assentado da COPAVI o principal critério para adesão é o de se identificar com a proposta coletiva. Ao contrário do que se imagina, não é determinante o fato de a família ter trabalhado no campo ou mesmo ser integrante do MST, como expressa o Estatuto da Cooperativa.

De acordo com Perugini (2004) a área ocupada é da Fazenda Santa Maria, tratava-se de uma área de solo arenoso de baixo teor de fertilidade, desta forma não comportaria mais que dez famílias se fosse submetida a exploração individual, já no sistema coletivo pode comportar vinte e cinco famílias de trabalhadores. Assim as famílias produzem verduras e legumes, aves, suínos, bovinos, leite e seus derivados que é industrializada no próprio assentamento, a cana-de-açúcar para produção industrial de açúcar mascavo, melão e aguardente. A produção destes produtos possibilita a manutenção da cooperativa e dos assentados. A Cooperativa tem um estatuto e um regimento interno que a disciplina. A relação de trabalho é como empresa funciona de segunda-feira a sábado, propõe uma carga horária mínima para homens e mulheres, quem faltar ao trabalho, sem justificativa sofre descontos como em uma empresa comum, os filhos dos associados com mais de 14 anos podem prestar serviços a cooperativa desde que não interfira nos estudos. A filiação dos sócios é individual, cada membro da família que prestar serviços regulares a COPAVI pode ser associado é necessário ter a idade mínima de dezoito anos, mas é necessário que a pessoa comprove que está de acordo com os termos regimentais estagiando por quatro meses, para assim demonstrar que pode contribuir para o bom andamento da cooperativa.



Figura 01: Vista parcial da cidade de Paranacity-Paraná, destaque da Copavi (2014).

Fonte: Adaptado de Google Earth, 2015.

A Área total do assentamento é de 256,52 hectares, sendo 175 hectares cultivados. Atualmente existe 22 famílias assentadas, mas a vila rural (Figuras 02 e 03 e 04<sup>7</sup>) tem potencial para abrigar 25 famílias. As atividades dos assentados permanecem baseada, principalmente, na agricultura, pecuária leiteira, indústria. A divisão do trabalho ocorre nesses setores e cada um deles tem uma proporção de rendimentos, contabilizados, posteriormente, cada hora trabalhada.

A agrovila está organizada em duas ruas sem pavimentação asfáltica, mas em bom estado de tráfego. As moradias são, em sua maioria, em alvenaria, a área média construída de cada casa é de 90m<sup>2</sup>. Todas têm água encanada (poço artesiano) e energia elétrica. Organização e limpeza pode ser observada em todos os espaços.

De acordo com Alan o pilar de sustentação das famílias é tido da cana de açúcar, são 85 hectares de cana de açúcar cultivados na área da Copavi, no entanto, esse montante não é o suficiente, por isso, há a compra de cana-de-açúcar de outros produtores da região (figura 05).

A área de instalação do assentamento Copavi eram arrendadas para usina sucroalcooleira da região – uma das estratégias de ocultamento da improdutividade da propriedade – o que acarretou em um desgaste da produtividade da área. Devido as condições naturais do solo dessa região ser arenoso, e por isso requer mais trabalho de correção, estava muito empobrecido pelo cultivo consecutivo da cana-de-açúcar.

<sup>7</sup> Fotografias registradas durante a visita ao assentamento no dia 06 de junho de 2015.



Figura 02: Rua da agrovila no assentamento rural Copavi. Paranacity-Paraná.  
Fonte: BATISTA, Marinalva dos Reis, 2015.



Figura 03: Residências da agrovila no assentamento rural Copavi. Paranacity-Paraná.  
Fonte: BATISTA, Marinalva dos Reis, 2015.



Figura 04: Residência da agrovila no assentamento rural Copavi. Paranancity-Paraná.  
Fonte: SOUZA, I. F. 2015.



Figura 05: Instalações da destilaria na Copavi, Paranancity-Paraná.  
Fonte: BATISTA, Marinalva dos Reis, 2015.

A opção pelo assentamento coletivo na Copavi diminuiu a degradação do solo na área do assentamento, pois, dessa forma, há o uso consciente da terra e o planejamento dos investimentos necessários para recuperação e manutenção da produção. Algumas soluções continuam sendo pensadas para contribuir com a sustentabilidade.

Além da produção de cachaça e produtos derivados da cana-de-açúcar há as atividades relacionadas ao gado leiteiro (figura 06). O produto é vendido para o laticínio e também é feito iogurte, entre outros. Apresenta-se a segunda atividade mais rentável da Copavi.



A formação escolar na Copavi é heterogênea. Não há escola no assentamento, pela proximidade com a cidade, mas existe uma complementação com os professores do assentamento e, também utilizam as atividades do dia a dia para desenvolver o ensino. “A partir do conhecimento de cada um é que ocorre a divisão do trabalho na Copavi” (Alan (Sócio), 2015).

Esse assentamento rural, ocupa uma posição ambígua entre a racionalidade empresarial e a lógica camponesa. Isto porque, existe atividades de compra e comércio dos produtos produzidos e ainda a contratação de mão de obra externa, ou seja, a Copavi tem premissas alicerçadas no socialismo<sup>8</sup> e no capitalismo<sup>9</sup>, daí a dualidade de sua existência. Dessa maneira, os trabalhadores rurais do assentamento Copavi não são camponeses<sup>10</sup>, pois o trabalho é empresarial e há a exploração de mão de obra.



Figura 06: Área do assentamento Copavi, Paranacity-Paraná.

Fonte: BATISTA, Marinalva. 2015.

O modelo de serviços e relacionamentos interpessoais foram refletidos a partir da parceria com a Mondragon<sup>11</sup>. A escala de serviços envolve as atividades com a cana-de-açúcar dividida em lavoura ou corte e a indústria que saem os produtos derivados da cana. Da pecuária os trabalhadores dividem-se nas atividades com a pastagem, rebanhos, laticínio. Há também os trabalhos na horta comunitária e padaria, no refeitório, no comércio, no escritório.

A COPAVI, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), destaca-se como um dos assentamentos mais bem sucedidos do estado do Paraná. Pelo seu formato coletivo de propriedade, produção e gestão. A cooperativa, infraestrutura, as casas e o produto das vendas não pertencem a ninguém individualmente, os integrantes são filiados à COPAVI, sendo assim, são de posse coletiva dos membros. Não somente a terra é trabalhada em conjunto, como até mesmo todos tomam o café da manhã e almoçam juntos no refeitório do assentamento, desta forma, apenas o jantar fica por conta de cada família.

Para concorrer a um cargo eletivo todos os sócios devem estar envolvidos nos trabalhos da cooperativa e estar em dia com suas obrigações, como o trabalho é coletivo não existe vínculo empregatício, mas quanto existe muito trabalho e o número de trabalhadores cooperados é insuficiente, pode-se contratar mão de obra diária, sendo esta pessoa fora da sociedade, como por exemplo, boia-fria residente na região do assentamento. Todos os sócios, que estão em dia com o regimento, tem direito a voz e voto na assembleia geral nas questões relativas a cooperativa, a administração é composta por uma direção e um conselho fiscal. A COPAVI insere-se no contexto do processo econômico ora como empresa, ora como organizadora da divisão social do trabalho.

<sup>8</sup> Organização econômica baseada na propriedade pública ou coletiva dos meios de produção e distribuição de bens.

<sup>9</sup> Sistema econômico baseado em grande parte ou totalmente de propriedade privada.

<sup>10</sup> Trabalhador rural com produção em base familiar, muitas vezes em economia de subsistência, com autonomia total ou parcial na gestão da propriedade.

<sup>11</sup> Um dos principais grupos empresariais espanhóis, com filiais produtivas e delegações corporativas em 41 países e vendas em mais de 150.



## 4 CONCLUSÃO

A forma de gestão do assentamento rural Copavi, que existe a posse coletiva da terra, não aparece em todos os assentamentos do MST, em sua maioria predomina a propriedade privada. Além disso, vale salientar que a cooperativa também funciona nos moldes de uma empresa, ainda que gerida coletivamente, isto é, com a necessidade de dar lucros e ser autossustentável. Entretanto, ao conversar com os cooperados, fica claro que os valores e princípios que os guiam não são o da competição e o acúmulo de ganhos. Para os membros da COPAVI, a produção de alimentos não visa somente, nem prioritariamente, a sua mercantilização, mas a possibilidade de que os trabalhadores e suas famílias tenham acesso a um alimento de qualidade, saudável, e a preço acessível.

A cooperativa em si não parece ser apenas uma utopia num mar social no qual reina a propriedade privada, o lucro, a concorrência e a mercantilização de todos os valores. Mas, seu modelo de agroindústrias cooperadas e familiares é entendido pelo MST como alternativa viável para a concretização da reforma agrária no Brasil, a geração de empregos no campo e a produção de alimentos em quantidade, qualidade e preço baixo para toda a população. Um pequeno pedaço de terra, onde se planta, pequenas sementes, para ter bons frutos, portanto, o coletivismo, a produção, o desenvolvimento, fatores que representam qualidade, é possível inferir que este seria o modelo ideal para o país, apresentando uma forma adequada e rápida para seguir em frente.

Ao contrário do agronegócio, fundamentado no monocultivo de grandes extensões, na destruição do meio ambiente e da saúde humana por meio do uso de agrotóxicos e na exploração dos trabalhadores, na COPAVI preocupou-se em buscar outro modelo de produção agrícola, aprimorado em sistemas agroecológicos, isto é, que incorpore respeito ao meio ambiente com desenvolvimento econômico e tecnológico, com distribuição de renda, para uma melhor qualidade de vida dos assentados e da população de seu entorno.

Vale salientar que neste contexto todos os assentamentos deveriam ser pautados por índices de produtividade, fazendo-se necessário ampliar o controle e a transparência. O Incra ainda não consegue responder questões básicas sobre assentamentos de mais de 20 anos. Quantos foram assentados no Brasil e quantos continuam com seus lotes? Qual é a produção real de cada assentamento em cada safra? Nenhum assentamento saiu de graça, foi pago com o dinheiro do povo brasileiro. Temos que exigir que pessoas, ao terem benefícios, demonstrem que a alavancagem está contribuindo para melhoria de vida de sua família. E não como mera retórica populista.

## REFERÊNCIAS

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume editora, 2004.

BRUM, Argemiro J. **Reforma Agrária e política agrícola**. Ijuí: Livraria editora UNIJUÍ, 1988.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem somos**. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em 20 de Junho de 2015.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: **Brasil em Perspectiva**. Dias, Manuel Nunes et all. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1993, PP.47-64.

PERUGINI, Mariusa Saboto. Et. Al. **A COPAVI e o cooperativismo no Noroeste de Paraná**. Disponível em: <[www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/7249](http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/7249)> Acesso: 15 de junho de 2015.

VINHAS, Moisés. **Problemas agrário-camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

ZENERATTI, F. L. **O assentamento rural coletivo COPAVI: contradições e avanços no processo de territorialização camponesa**. 2012. 158f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.